



EDITORIAL

Políticas do global e das singularidades

Autonomia, emancipação, liberdade, democracia são alguns dos muitos conceitos – referidos a práticas sociais de diferentes instâncias, como as práticas filosófica, educativa, médica, política, cultural – que, hoje, sofrem radical e intenso redimensionamento, em virtude de transformações que passam por campos tão diversos como o da pesquisa genética, da teoria da informação digital e cibernética, da ciência política e da física quântica, entre tantos outros. Para pensadores como o esloveno Slavoj Žižek¹, a ampliação *ad infinitum* das possibilidades de conhecimento (do presente e do futuro de nosso próprio corpo, por exemplo), que alcançamos como uma grande conquista das investigações sobre nossos genes, pode remeter à liberdade (absurda?) de saber, por exemplo, o tempo aproximado em que deixaremos de viver. Que liberdade é essa? Que fantasias ela carrega consigo? Não a estaria acompanhando, também, o “gene” de uma perfeita sociedade totalitária?

Hannah Arendt, certamente uma das pensadoras mais criativas e fundamentais do século XX, torna-se para nós cada vez mais atual, na medida em que, tendo calcado grande parte de sua obra justamente sobre a idéia e a experiência do terror totalitário, nos oferece uma belíssima reflexão sobre a urgente necessidade de pensar de outra forma o político, seja em nossas vidas cotidianas seja em práticas mais amplas e diferenciadas da vida pública. Emerge, a partir dela, a concepção da política como acontecimento, como ruptura do totalitário, do automático, do plenamente previsível. É dela a idéia de que a

ação política se estende às mínimas e múltiplas práticas humanas, aos inúmeros espaços públicos, que podem e devem ser criados e redefinidos permanentemente. Nesse sentido, como nos alerta Francisco Ortega, o pensamento arendtiano se aproxima e muito da genealogia foucaultiana, na medida em que ambos (Arendt e Foucault) apontam para o exame das mínimas experiências do político – seja como crítica incisiva às práticas de controle, vigilância, previsibilidade do comportamento do outro, disciplinamento de almas e corpos, doces ou arrasadoras violências, seja como proposta de resistência, de desconstrução de modos de existir marcados, de imaginação política em nome da superação de limites supostamente dados, enfim, de busca constante de novas formas de subjetividade².

Este número de *Educação & Realidade* abre com uma entrevista que é toda tecida justamente sobre questões como estas: afinal, em tempos globalizados, é possível falar em emancipação? Em termos pós-modernos e pós-coloniais, que pensamentos críticos precisam ser engendrados, urdidos, divulgados, colocados na pauta de nosso agir político cotidiano? Que ontologia do presente se espera que façamos? De que modo perguntar sobre nossa vida presente? A idéia de Hannah Arendt – comum a Nietzsche e também a Foucault –, de que a identidade humana não é algo dado, mas que se realiza no espaço público, o qual vive da contingência, está presente em cada resposta que o professor da Universidade de Coimbra, Boaventura de Souza Santos, dá a esta exclusiva entrevista, feita pelos professores Luís Armando Gandin e Álvaro Moreira Hypolito, em Madison (Estados Unidos), numa de suas passagens pela Universidade de Wisconsin.

Conhecido no Brasil por inúmeras obras, como *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* e, mais recentemente, *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Boaventura Santos faz uma análise muito particular do fenômeno da globalização, acentuando que não se trata somente de compreendê-lo como um processo hegemônico e total: há que se prestar atenção às realidades plurais, aos movimentos emancipatórios que pululam em uma miríade de práticas culturais e políticas, em países que se poderiam chamar de “globalizados pós-coloniais”, como é o caso do Brasil. Seus questionamentos – particularmente aos pesquisadores, aos acadêmicos, aos partidos políticos, de modo especial a todos os brasileiros que de alguma forma pensam este país – insistem na necessidade de deixarmos de importar debates sobre globalização, democracia, liberdade, multiculturalismo, gerados em contextos sociais muito distintos dos nossos. Trata-se de investigar historicamente que tipo de colonialismo experimentamos, que mitos construímos (sobre a democracia racial, por exemplo), e o quanto essa trajetória está viva nos conflitos de raça, etnia, de gênero, de ocupação da terra, vividos pelos brasileiros. Santos afirma e reafirma a urgência de imaginarmos e solidificarmos uma globalização anti-hegemônica, de reinventarmos modos de emanci-

pação social e de vivermos a cidadania como missão pública, como prioridade efetiva de serviço à comunidade e à solidariedade.

Para educadores e para cientistas e pesquisadores, Boaventura Santos oferece propostas que, sempre políticas, apontam para um debate sobre o que seria uma “ciência multicultural”; especialmente, Santos se refere a uma ciência diretamente ligada a novas formas de conhecimento e, igualmente, a novas formas de poder. Nesse sentido, insiste na necessidade de abrirmos os olhos a problemas nossos, a problemas que muitas vezes nos passam totalmente despercebidos, e que se repetem há longo tempo: problemas (atuais) relacionados a justiça, a liberdade, a fraternidade, e que são comuns a vários povos, mas que têm realidades locais, específicas, lutas muito próprias, para as quais e em nome das quais devemos produzir conhecimento. Preocupado com os educadores de todos os níveis de ensino, Boaventura Santos propõe: é com eles e para eles que todo o trabalho de produção de um novo senso comum deve ser efetivado, de modo a se criar um pensamento crítico e independente, entre educandos e educadores, pautado por uma saudável rebeldia, de ação e pensamento, numa criação constante de novas “subjetividades paradigmáticas”.

Sob uma outra perspectiva, Nikolas Rose, em artigo traduzido pelo professor Tomaz Tadeu da Silva – “Como se deve fazer a história do eu? – debruça-se também sobre a condição contingente do sujeito, perguntando-se, como está no título, de que modo devemos escrever a história do “regime contemporâneo do eu” ou, inspirado em Foucault, como elaborar uma “genealogia da subjetivação”. Seu ponto de partida é claro: a compreensão individualizada e psicologizada do ser humano, emergida no século XIX, não será vista como base da narrativa histórica do eu mas, antes, será entendida e tratada como um problema histórico – o que é bem diferente. É seguindo esse caminho (e as pegadas de Foucault) que Rose detém-se em uma série de práticas e procedimentos que constituíram e constituem o moderno regime do eu, e nos mostra como esse mesmo eu passa a funcionar como uma espécie de “ideal regulatório” em nossos modos de existir, seja em relação a nossos mínimos projetos pessoais, seja em nossos modos de conduzir instituições, práticas sociais, artísticas, culturais, políticas. Ora, não haveria continuidades nem unicidades nessas práticas, como muitas análises supõem – escreve o autor. E é isso que ele vai demonstrando a cada parágrafo desse elucidativo texto – a nós, da educação, tão caro, na medida em que nos remete a um aprofundamento crítico em torno da temática dos processos de subjetivação e da produção de novas subjetividades.

Leitores e leitoras encontrarão neste artigo de Nikolas Rose uma bem tecida argumentação sobre as tecnologias que têm sido elaboradas e praticadas historicamente, para governar o ser humano, para nos constituir, por exemplo, como “criaturas de liberdade”, como “seres de auto-realização”. Também aponta para as várias configurações daqueles lugares, grupos ou instituições, autorizados a dimensionar e a avaliar regimes de verdade, ou para definir os fins de

nossa ação, sua valoração ética. Acompanhamos aqui uma bela apropriação do pensamento foucaultiano, presente em cada linha do texto de Rose: fazer a história do eu será, para ele, perguntar-se sobre as modalidades de governo da conduta humana, instituídas por uma racionalidade presente em, por exemplo, amplos programas governamentais de saúde ou de educação, que envolvem diretamente pais, famílias, o mercado, a sociedade civil. Mas, certamente, a este autor interessarão e muito as “tecnologias do eu”, assim chamadas por Foucault. Para além da descrição das práticas do “conhece-te a ti mesmo”, Nikolas Rose discute a “relação consigo” articulada a práticas de transformação de “mentalidades”: trata-se do que ele chama no texto de “técnicas intelectuais” (leitura, escrita, formas de memorização, por exemplo), tão familiares a nós, do campo da educação. Junto a essas, operariam, segundo o autor, outras técnicas, as corporais. Ambas, nessa descrição, aparecem na complexidade das relações entre o governo dos outros e o governo do eu.

Valendo-se de Norbert Elias, Deleuze, entre outros pensadores, Nikolas Rose tensiona o modo de fazer hoje a história da vida privada, propondo uma genealogia da subjetivação que dê conta do ser humano como “maquinação – um híbrido de carne, artefato, saber, paixão e técnica”. Para Rose, fazer a leitura de como a psicologia tem participado da história do eu é fundamental para que desconfiemos de tantos “murmúrios sedutores e confortantes” sobre a verdade de nós mesmos, sobre nossa “vida interior”. Afinal, nossos ideais de identidade se constroem em meio a uma complexidade imensa, plena de nobres valores humanistas, ao mesmo tempo pleno de totalitarismo e previsibilidade, vazio de criativos confrontos e abertas possibilidades para o eu.

Em “*Curriculum.com: a extrema-unção (neoliberal) à escolarização pública*”, João Paraskeva, professor da Universidade do Minho (Braga, Portugal), escreve sobre duas recentes propostas curriculares, identificadas pelo autor como fortemente vinculadas ao projeto neoliberal: trata-se das experiências educacionais denominadas *homeschooling* (sistema de aprendizagem escolar em casa, com supervisão dos pais) e *charterschool* (verdadeiros laboratórios para testar novos modelos de gestão escolar). Neste texto, o conceito de Estado-providência é fundamental: segundo Paraskeva, o neoliberalismo, aos questionar o Estado-providência, o faz em nome da “livre escolha” dos cidadãos; no entanto, parece-lhe que essa livre escolha não tem correspondido a uma ampliação de possibilidades, culturais, educacionais, sociais: a homogeneização cultural, por exemplo, impera. Da mesma forma, assiste-se, segundo o autor, a uma minimização do papel dos governos e do Estado, em todas as esferas da vida das populações. No campo da educação, isso comprova-se evidente: as reformas curriculares, pedagógicas e administrativas, experimentadas em países como os Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Inglaterra, Austrália e Portugal, buscam explicitamente o resultado, o primado da gestão administrativa e econômica, em detrimento das práticas democráticas da participação, da

descentralização e da autonomia da escola; especialmente, manifestam-se como alternativa “eficaz” à educação de gestão pública. Apoiado em inúmeros autores críticos das políticas neoliberais (Michael Apple, Noam Chomsky, entre tantos outros) e em dados minuciosos sobre essas propostas de “novas escolas”, Paraskeva constrói sua argumentação de modo especial em relação a diferentes aplicações, em vários países, dos programas de *homeschooling* e ao que isso significa, em nome da defesa das escolhas individuais, privadas, no campo da educação, como uma alternativa supostamente viável em termos econômicos e eficaz em termos de experiência de aprendizagem e educação. A própria revolução nas tecnologias da comunicação e da informação serviria de justificativa maior para a defesa da proposta de *homeschooling*: afinal, aprender em casa é também estar em contato permanente com o mundo, via Internet.

A crítica do autor é veemente (e, por vezes, inflamada), contra o que ele denomina a “falácia da tecnologia” e de seu ideal de igualitarismo, contra a fabricação de uma verdadeira “estadofobia” e de uma “mercadorização das instituições”, visíveis nesses projetos; igualmente, contra a matriz sócio-econômica do mercado, orientadora de projetos educacionais que primam pelo individualismo exacerbado, bem como pelo reforço do mito da ciência e do progresso. Sua proposta centra-se na defesa da escola como um bem público, no atendimento às diversidades culturais e na efetiva transformação das escolas em “espaços viáveis para a consecução da prática democrática”.

“Interceptando currículos: produzindo novas subjetividades”, da socióloga Ada Beatriz Kroef, de certa forma contempla, complementa e problematiza questões vistas nos textos anteriores, no que tange à relação entre currículo e produção de sujeitos. A autora entende currículo como prática subjetivante – como um lugar em que se investe sobre representações e territórios identitários. Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari são os autores a partir dos quais Ada Kroef constrói seu texto sobre o currículo e a escola como máquinas que produzem (e são produzidos por) “movimentos simultâneos de capturas e rupturas”, e nos quais se cruzam processos criativos, singularizações, com processos maquínicos de captura e constituição do outro. Neste texto, o conceito foucaultiano de poder é articulado aos conceitos de subjetivação e de produção de identidades de Deleuze e Guattari: esses autores falam de subjetividade “capitalística”, ou seja, de produção de sujeitos em função de uma subjetividade dominante. A escola é configurada no texto como “zona catalisadora de saberes”, a partir do conceito de máquina – entendida como “arranjo de multiplicidades”. A autora mostra como o Estado busca controlar essas multiplicidades, bem como as possibilidades de nomadismo, a ultrapassagem de fronteiras, a desterritorialização. Faz uma crítica à representação (ou seja, à duplicidade, à cópia), em favor dos processos de singularização, pelos quais é possível produzir o plural, o novo significado, o novo referencial. Não se trata da conhecida “criatividade”, fomentada na escola e amplamente conhecida

entre os educadores: trata-se antes de processos criativos produzidos a partir de um desvio do trabalho pedagógico, de modo a tornar “a ‘zona catalisadora’ um espaço mutante que não propõe nenhum caminho a ser percorrido”, apenas novos devires, novas subjetividades.

Quais são as características da representação das identidades na indústria cultural de nosso tempo, de modo especial nas práticas da chamada realidade virtual? – é essa questão que orienta o artigo de Ada Cristina Machado da Silveira, intitulado “La virtualización de las representaciones identitarias”. Também aqui o texto remete às profundas transformações que se operam em nossas vidas cotidianas, basicamente em função de novas tecnologias de comunicação, informação, captura, registro e circulação de dados e fatos de toda espécie. A autora discute o conceito de representação, na contemporaneidade, utilizando-se do pensamento de Henri Lefebvre e Stuart Hall, associando-o, como o fazem muitos autores, com o conceito de identidade. De acordo com Ada Silveira, “as representações são a contrassenha que nos permite aceder à atualização textual que se produz na construção de identidades”. Para ela, há que se indagar: o que qualificaria as novas práticas de comunicação, nesta fase do capitalismo? Seriam elas não-representacionais, não-referenciais? Videoclipes, comunicações virtuais simultâneas e planetárias, hipertextos em profusão – seriam eles pura e simplesmente cultura de simulação de nós mesmos?

Cláudio Lúcio Mendes parece responder ao que indaga Ada Cristina. No artigo que segue, “Controla-me que te governo: os jogos eletrônicos como forma de subjetivação”, Cláudio deposita um olhar de estranhamento, como ele mesmo expressa, sobre os jogos eletrônicos, vistos como tecnologias de comunicação diretamente relacionadas ao cotidiano escolar, à vida de garotos e garotas destes novos cenários pós-modernos, aos quais nossa prática pedagógica não pode, de forma alguma, deixar de conferir a devida atenção. O autor problematiza os jogos eletrônicos, do ponto de vista das formas de subjetivação que eles (ou as práticas a eles relacionadas) supostamente produzem. Trata-se de práticas que remetem ao próprio corpo dos jogadores, às atividades lúdicas, comerciais, de consumo e de vida em grupo, experimentadas por eles (nós), homens-máquinas. Cláudio mostra como esses jovens híbridos aprendem, “por dentro” dos jogos eletrônicos, uma tecnologia muito particular de postar seus corpos, suas mãos, braços e olhos, investidos em seqüências didáticas muito claras de ataques, defesas, recuos e avanços, e em habilidades gradativamente renovadas – as quais jamais se separam das clássicas regras da sociedade disciplinar: classificar, hierarquizar, castigar, recompensar.

Operando com o conceito básico de currículo cultural, Marlucy Alves Paraíso analisa o Canal Futura, no artigo “A produção do currículo na televisão: que discurso é esse?”. A partir da suposição de que hoje, efetivamente, a escola *está* na televisão, de que nesse meio o currículo é exposto e falado das mais diferentes formas, a autora busca responder à questão posta no título: afinal,

que discurso é esse? O aporte teórico da teoria do discurso foucaultiana e também dos Estudos Culturais, mormente de Stuart Hall, conduz a análise de inúmeros exemplos de materiais publicitários e de programas de TV, veiculados pelo Canal Futura, em que Marlucy mostra as transformações por que passa o modo de a mídia tratar a educação, nos últimos 15 ou 20 anos: se antes era tratada como problema, agora a educação passa a ser objeto de investimento, por parte da mídia (o exemplo mais evidente é o do projeto “Amigos da Escola”, da Rede Globo de Televisão). Em todos os materiais analisados, a autora identifica o discurso da harmonia, da afetividade, do voluntarismo e da emoção, como fortemente vinculados à vida na escola, particularmente dos modos de comportar-se e de atuar daqueles que se dedicam ao magistério. Da mesma forma, nesses produtos, emergem novas figuras autorizadas a falar da escola, como grandes empresários ou conhecidos jornalistas, além de atores e atrizes da televisão. Afinal, que currículo é esse, feito do sucesso midiático e do sentimentalismo mais sedutor? Com a palavra, você, leitor, você, leitora.

Ana Canen, Ana Paula Arbache e Monique Franco assinam o artigo que fecha este nosso número de *Educação & Realidade*: “Pesquisando multiculturalismo e educação: o que dizem as dissertações e teses”. As autoras fazem um cuidadoso estudo de dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, de 1981 a 1998. O objetivo da pesquisa, discutida no texto, é o de situar em que medida toda a temática da diversidade cultural, da construção de diferenças, da produção de novas identidades, do multiculturalismo pós-colonial – que sem dúvidas está tensionando o campo do currículo –, emerge, como campo de pesquisa, nas investigações que temos feito. Antes de apresentar detalhados e bem construídos resultados da pesquisa, as autoras procedem a uma cuidadosa discussão teórica sobre as categorias relativas ao que elas chamam de “campo do multiculturalismo”, valendo-se de Peter McLaren, Homi Bhabha, entre outros.

A resenha crítica deste número, escrita por Neuza Guareschi, trata do livro organizado por Luís Armando Gandin e Álvaro Hypólito (aliás, os entrevistadores de Boaventura Santos), intitulado *Educação em tempos de incertezas*. Nele estão presentes as mesmas questões que atravessam os vários artigos deste número de *Educação & Realidade*: a complexidade política, teórica e cultural da prática educativa na contemporaneidade. Hegemonia e ideologia, senso comum e discurso, movimentos sociais e pós-modernidade, desigualdades sociais e novas identidades de gênero e raça são alguns dos conceitos e temas tratados nesse livro, pelos vários autores e autoras.

Ética e política – esse, a meu ver, é o par constante dos vários textos aqui publicados. As diferentes análises e críticas aqui feitas tratam do sujeito contemporâneo, imerso no seu tempo, este tempo em que, como nos sugere Hannah Arendt, precisa reaprender o sentido do político e do público. Política é sempre risco, e agir no mundo é exercitar a liberdade do risco, de viver a vida como

acontecimento, para além dos processos automatizados e previsíveis que nos ensinam os discursos hegemônicos, cotidianamente. Boa leitura a todos: que estes textos também tenham um pouco (ou muito) de acontecimento e de “felicidade pública”.

Rosa Maria Bueno Fischer
Editora

Notas

1. Cfe. ZIZEK, Slavoj. O melodrama do conhecimento. In: *Folha de S.Paulo*. Caderno Mais! São Paulo: Edição de 20 de janeiro de 2002, p. 13.
2. Ver ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade*: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.